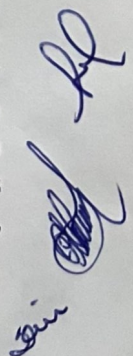
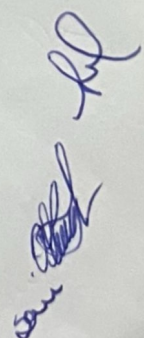


Ata nº854 da 8ª Sessão Ordinária 9ª Legislatura, 1ª Legislativa da Câmara Municipal de Durandé, Estado de Minas Gerais na sua Sede Rua Antenor de Paiva Condé, 28 Bairro Santa Edwiges ao dia 20º de abril de dois mil e vinte e cinco. A presidente Sirlei Guerra Paiva, após cumprimentar seus pares, os que acompanham via rede social, assessoria jurídica e demais presentes, solicita ao secretário Carlos Renato Schuenck que faça a chamada dos Vereadores, constatando a falta do vereador Pedro Bemfica de Souza e constando haver quórum regimental, declara aberta a presente sessão. Em seguida, convida o Vereador Arnaldo Leal Breder Junior para fazer a leitura da bíblia. A presidente justifica a ausência do Vereador Pedro Bemfica por causa de uma perda familiar. Passa-se ao expediente do dia, a ata foi enviada para os vereadores e entra em discussão a ata entra em votação os favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem aprovada por unanimidade. Passa-se ao segundo turno da votação do projeto de emenda à Lei Orgânica do Município N° 03 de 04 de abril de 2025. Após a secretária ad hoc Tainara Caetano ter feito a leitura do parecer da Comissão de Finanças, Justiça, Legislação e Orçamento, ele é posto em discussão e com a palavra o Vereador Relator Antônio Ramos ressaltou que a comissão, embora estivesse com a ausência de um de seus membros, por justa causa, entendeu que o projeto se encontra em segunda votação pela exigência do rito legislativo, destacando que a votação atual visa apenas concluir os trabalhos iniciados em sessão anterior. O parecer do projeto entra em votação, registrando votos em contrário dos vereadores Michelle Aparecida, Valdir Teixeira e Flávio André. O projeto entra em discussão e após em votação, registrando votos em contrário dos vereadores Michelle Aparecida, Valdir Teixeira e Flávio André. Passa-se à Leitura do projeto de lei N° 014/2025, após a secretária ad hoc realizar a leitura do parecer do projeto, ele é posto em discussão, o vereador relator Antônio Ramos comentou que se trata apenas do repasse do índice inflacionário, no entanto solicitou à presidente que entre em contato com o Executivo para avaliar a possibilidade – com a análise do setor jurídico – de que futuros reajustes possam ser concedidos, total ou parcialmente, por meio de um cartão de uso exclusivo no comércio local, finalizou defendendo que, se não for possível implementar agora, que se considere esse modelo em futuros reajustes. O Vereador Carlos Renato Schuenck esclareceu que o projeto de reajuste de 4,77% não se aplica aos servidores municipais que já recebem um salário mínimo, pois esses já têm seus vencimentos corrigidos automaticamente pelo Governo Federal a partir de 1º de maio. O reajuste, portanto, é destinado apenas àqueles que recebem acima do salário mínimo. O vereador destacou a importância desse esclarecimento para evitar mal-entendidos futuros, caso haja questionamentos de servidores que não vejam o reajuste refletido em seus contracheques. O parecer do projeto em votação, sendo aprovado por unanimidade. O projeto entra em discussão e em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passa-se à leitura do parecer do projeto de lei nº17/2025, após a secretária ad hoc ter feito a leitura do parecer, ele é posto em discussão e com a palavra o vereador relator Antônio Ramos explicou que a comissão solicitou um prazo maior para discutir melhor a permuta do imóvel da creche, que está sendo transferida da Secretaria de Educação para a Secretaria de Saúde, implicando em mudanças estruturais. Ele lembrou que já houve uma indicação aprovada por unanimidade pelos nove vereadores que sugere a troca do prédio da Câmara com o da creche, permitindo que a Câmara fosse transferida para o imóvel atual da creche e esta fosse instalada no prédio onde hoje funciona a Câmara, Como ambos os imóveis pertencem ao município, qualquer reforma feita será em bens municipais,





independentemente do uso atual. O parecer do projeto entra em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passa-se à leitura do parecer do projeto de lei 019/2025, que logo após é posto em discussão e com a palavra o vereador relator Antônio Ramos explicou que a comissão chegou ao parecer atual porque entendeu que é necessário um esclarecimento mais profundo sobre o projeto. Sugerindo que o secretário de Transportes ou outro representante do Executivo compareça à Câmara para explicar melhor a proposta, já que as 32 vagas mencionadas no projeto já existem. Com a palavra o vereador Flávio André manifestou sua posição inicial contrária ao projeto em pauta, argumentando que, ao passar em um concurso público para motorista, o servidor assume responsabilidade de atuar em qualquer área do município, desde que atenda aos requisitos legais – como possuir a carteira de habilitação adequada. Para ele, isso já está claro e torna o projeto desnecessário ou até mesmo inconstitucional. No entanto, como a discussão foi adiada, ele afirmou que o debate será retomado no momento oportuno. Com a palavra o vereador Valdir, cumprimentou os presentes e trouxe uma reflexão importante ao debate sobre o projeto. Ele reconheceu a necessidade da categoria de motoristas e considerou o salário proposto justo – inclusive afirmou que, se fosse maior, também apoiaria. No entanto, apontou uma incoerência: motoristas com carteira de habilitação categoria D, que transportam mais pessoas (como ônibus e ambulâncias) e arcam com mais despesas, como cursos obrigatórios e exames toxicológicos frequentes, estariam recebendo salário inferior ao de motoristas com categoria B, que têm menos responsabilidades e menos exigências legais. Comparou a situação a um cenário em que um enfermeiro ganhasse mais do que um médico, sugerindo que essa inversão de valores deve ser revista para que se valorize adequadamente a qualificação e responsabilidade profissional de cada categoria. Com a palavra o vereador Carlos Renato esclareceu que o motorista com categoria B, que está sendo contemplado no projeto, não poderá dirigir ônibus ou caminhões, ficando restrito à condução de carros pequenos. Já os motoristas com categoria D têm autorização legal para conduzir tanto veículos grandes quanto pequenos, o que aumenta sua responsabilidade. Ressaltou ainda que, de forma incoerente, o salário atual da categoria B está em R\$ 200,00 acima do salário pago à categoria D, exige mais qualificação e permite maior abrangência de atuação. O vereador evidenciou a disparidade salarial como um ponto que merece atenção na discussão do projeto. O parecer do projeto entra em votação e é aprovado por unanimidade. Passa-se à leitura do parecer do projeto de resolução nº 02/2025, que após ser lido é posto em discussão e em seguida em votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, o projeto é posto em discussão e em seguida em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passa-se à leitura do parecer projeto de resolução nº 03/2025, que após ser lido é posto em discussão e em seguida em votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência o projeto é posto em discussão e posteriormente em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passa-se à leitura da indicação nº 024/2025 que após ser lida, o vereador autor Antônio Ramos com a palavra destaca que a proposta apresentada já havia sido feita em seu mandato anterior e que a situação se agravou com o aumento do número de escolas desativadas. Ressaltou que, em algumas dessas unidades, o município continua arcando com as despesas como energia elétrica, mesmo sem uso efetivo. Propôs que o município forme uma comissão e realize um leilão desses imóveis desativados, possibilitando que terrenos e construções hoje sem utilidade possam ser adquiridos por pessoas que necessitam de moradia. O vereador enfatizou que os recursos arrecadados com a venda deveriam ser aplicados em obras para atender





outras necessidades do município. A indicação é posta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passa-se à leitura da indicação 025/2025 que após ser lida, o vereador autor Valdir Teixeira, cumprimentou os presentes e relatou ter sido procurado por diversas famílias moradoras do Córrego São João, sentido Andradas, que enfrentam problemas frequentes com queda e picos de energia elétrica, especialmente no horário de 17h30 às 19h30, período de maior uso de chuveiros elétricos. Ele explicou que a rede elétrica na região é antiga e que o transformador atual não tem suportado a demanda crescente da comunidade, que vem se expandindo ao longo dos anos. Apesar das reclamações já protocoladas junto à companhia de energia, até o momento nenhuma solução foi tomada, o que levou os moradores a procurarem apoio da prefeitura. O vereador solicitou que o executivo municipal interceda à concessionária de energia, reforçando que sua indicação e o ofício enviado tratam de uma necessidade real de cerca de 50 famílias. O vereador Valdir pediu que o problema seja tratado com seriedade, independentemente de autoria da indicação, sugerindo ações como a substituição de cabos e o aumento da capacidade do transformador, para que a qualidade do fornecimento de energia seja restabelecida na comunidade. Com a palavra, o vereador Antônio Ramos comentou a fala do vereador Valdir, esclarecendo que inicialmente entendeu que o ofício havia sido feito diretamente à Energisa. Após indagação do vereador Antônio, vereador Valdir confirma que o ofício foi encaminhado ao Executivo para que este, por sua vez, encaminhasse à concessionária. Vereador Antônio então compartilhou experiência semelhante ocorrida na comunidade de Santa Edwiges, onde também houve problemas de pico de energia no fim da tarde devido ao aumento de consumo e transformador insuficiente. Na ocasião, foi feito um ofício diretamente à Energisa, com assinatura de moradores e apoio desta Casa Legislativa, resultando em manifestação e retorno por parte da concessionária. Por fim, ele reiterou que entendeu corretamente o pedido do vereador Valdir: que o executivo encaminhe ofício à Energisa solicitando providências diante da demanda apresentada. A indicação entra em votação, sendo aprovada por unanimidade. Passa-se ao Grande Expediente e não havendo quem quisesse fazer o uso da palavra e nada mais a tratar, a presidente Sirlei declarou encerrada a presente reunião, desejando boa noite a todos os vereadores, presentes e ao público que acompanhava de casa.